

ARTIGO

UNIVERSIDADES POPULARES NOS SÉCULOS XIX E XX: ORIGENS E IMPACTOS NA AMÉRICA LATINA

FERNANDA NATALÍ DEMICHELLI

Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Universidade
Federal da Fronteira Sul – UFFS)

ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-2820-4342>

JOÃO CARLOS DA SILVA

Doutorado em Educação (Faculdade de educação/UNICAMP)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-8754>

RESUMO: Este artigo examina, a partir de um viés histórico, as origens das Universidades Populares (UPs) Latino-Americanas em relação às experiências europeias e ao movimento estudantil universitário na América do Sul, que culminou na Reforma de Córdoba (1918). As UPs, embora fundamentais para a classe trabalhadora, são espaços complexos de disputas e alianças democráticas. No contexto latino-americano, desempenharam um papel crucial na disseminação de ideias revolucionárias sobre a missão social da educação superior. Revisitar seu papel hoje se configura como uma frente de resistência à hegemonia neoliberal e no fortalecimento da universidade pública.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Historiografia. Universidade latino-americana

POPULAR UNIVERSITIES IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES:

ORIGINS AND IMPACTS IN LATIN AMERICA

ABSTRACT: This article examines, from a historical perspective, the origins of Latin American Popular Universities (PUs) in relation to European experiences and the university student movement in South America, which culminated in the Córdoba Reform (1918). Although essential for the working class, PUs are complex spaces of disputes and democratic alliances. In the Latin American context, they played a crucial role in spreading revolutionary ideas about the social mission of higher education. Revisiting their role today constitutes a front of resistance against neoliberal hegemony and in strengthening public universities.

KEYWORDS: University. Historiography. Latin American university

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v83p290-312>

Recebido em: 30/03/25

Aprovado em: 27/06/25



Introdução

O ideário de educação pública nasce classista e utiliza-se da educação como ferramenta para manutenção das divisões sociais no contexto da expansão das relações capitalistas de produção. Em paralelo emergem as revoluções sociais, a partir da luta de classe, dando origem a intensas mobilizações, como a Revolução Francesa (1789), Primavera dos Povos (1848) e Comuna de Paris (1871). No âmbito educacional, surgem as Universidades Populares como um campo de resistência e disputas de projetos sociais entre a classe trabalhadora e a burguesia.

Marcadas pela correlação de forças nascem as primeiras Universidades Populares Europeias (UPEs). De um lado a burguesia liberal aliada a ala progressista cristã, defendiam o progresso e harmonia social por meio da ciência, de outro, os trabalhadores, buscando ter acesso ao conhecimento mais elaborado, como forma de garantir sua autonomia política e organizacional. A partir desse tensionamento as UPEs surgiram, primeiramente na Inglaterra, por volta de 1873, se espalhando, nos anos seguintes, por todo o continente europeu.

Por meio das imigrações de europeus, bem como a participação de estudantes latino-americanos em encontros internacionais, como na Itália¹, as ideias reformistas se fizeram presentes nos movimentos de reforma universitária que ocorreram na América Latina, culminando na Reforma de Córdoba (1918). Movimento crucial que configurou o protagonismo dos estudantes frente à renovação universitária, a Reforma, provocou e ainda mobiliza o debate nas instituições de ensino superior latino-americanas, sobre a democratização universitária e sua missão social. Esse evento foi também um importante estímulo ao surgimento e consolidação, das breves experiências de Universidades Populares Latino-americanas, principalmente em Cuba, Peru e Montevideo, influenciando, mais tarde, o Brasil.²

¹ Outro intercâmbio de experiências ocorreu também pela visita de um professor da Universidade de Oviedo (Espanha), que em 1909 passou pelas capitais latino-americanas compartilhando sua vivência com extensão universitária e universidade popular.

² A partir da década de 1950 A União Nacional dos Estudantes (UNE) desenvolveu projetos de Alfabetização, Educação e Cultura, consolidados nos movimentos de Educação de Base (MEB) e de Cultura Popular (MPC). Foi nesse contexto que surgiu o trabalho do educador pernambucano Paulo Freire (1921-1997), que a partir de um Serviço de Extensão Cultural criado por ele na antiga Universidade do Recife (atual UFPE), desenvolveu um método

Apesar de expressar certa prática dual, as UPs, segundo Gramsci (1976), tiveram um papel fundamental na elevação da cultura e da concepção de mundo das classes populares. A estreita relação dos estudantes com essas instituições conferiu-lhes relevância política e social, consolidando-as como espaços significativos de instrução da classe trabalhadora³. No entanto, embora alinhadas aos interesses desse grupo, as experiências das UPs foram complexas e permeadas por múltiplas determinações, demandando uma análise mais aprofundada, pois frequentemente se tornaram arenas de disputas e tensionamentos no campo social.

No contexto latino-americano, as Universidades Populares desempenharam um papel crucial na disseminação de ideias revolucionárias, reforçando a missão social das instituições de ensino superior — um legado que ainda ressoa na atualidade. Revisitar o papel das UPs tem se consolidado como uma das frentes de resistência em defesa do ensino democrático, pois permite compreender os elementos que as constituíram no passado, sua influência no presente e os desafios que ainda precisam ser enfrentados na contemporaneidade para fortalecer a aproximação entre a academia e os problemas sociais. Nesse sentido, o presente artigo retrata historicamente as Universidades Populares Latino-Americanas, identificando as possíveis influências das Universidades Populares Europeias, com destaque ao movimento estudantil universitário Latino, que culminaram com a Reforma de Córdoba (1918).

Elementos Históricos sobre a Universidade Popular

Em meio à nova reorganização social decorrente do fortalecimento da classe operária e dos movimentos anarco-socialistas—desencadeados por revoluções sociais na Europa no final do século XIX—o ambiente universitário passou por mudanças significativas. Grupos liberais passaram a ganhar espaço e a propor transformações, especialmente no campo educacional. Na Inglaterra, ações voltadas à democratização do ensino impulsionaram o

educacional mais próximo das realidades locais e com um maior intercâmbio com os conhecimentos de cada comunidade.

³ Observou-se em países como Peru e Cuba, uma intrínseca relação entre o movimento universitário e a difusão das ideias socialistas (Aguilar; Rojas, 2019).

surgimento do movimento de extensão universitária e posteriormente das UPs, visava oferecer ensino superior àqueles que se encontravam à margem do sistema tradicional. Por outro lado, o contexto político também se transformou, com a aprovação do sufrágio universal havia o interesse das classes dominantes em manter os novos eleitores apáticos e desmobilizados, evitando assim a possibilidade de novos conflitos com os operários (Rowbotham, 2014).

Nesse cenário, as ideias iluministas ganharam nova forma por meio do movimento neopositivista, e por meio das UPs, houve aproximação entre intelectuais e população visando difundir o conhecimento científico, elevando assim o nível cultural e social da população. Seja por iniciativa dos próprios operários e intelectuais ou com o auxílio do Estado, essas instituições surgiram com o objetivo de democratizar o ensino. As aulas eram ministradas em formato de palestras, em regime de meio-período e próximas das residências, estabelecendo relações mais horizontalizadas entre os participantes e, frequentemente, não estando diretamente vinculadas ao ensino formal. Observa-se, ainda, uma diversificação das atividades oferecidas pelas Universidades Populares (UPs), que era composta visitas de estudo, além de atividades culturais, como peças de teatro, concertos, poesias, tertúlias (Stifter, 1994; Lawrie, 2014; Pintassilgo, 2014).

Destacam-se, nesse contexto, as Universidades Populares espanholas, que, embora influenciadas pelo modelo inglês e por experiências internacionais, marcaram profundamente a história educacional do país, contribuindo para a formação de uma parcela significativa dos estudantes do ensino superior. Inicialmente, os intelectuais não se integravam diretamente aos trabalhos, cabendo aos alunos assumir um papel ativo nas ações de extensão. Posteriormente, com o envolvimento de todos os segmentos acadêmicos, essas instituições foram reconhecidas internacionalmente como UPs ou iniciativas de extensão universitária. A Universidade de Oviedo foi a primeira a realizar tais adequações, com programas estabelecendo uma relação direta com as organizações de trabalhadores (Stromquist; Costa, 2017).⁴

⁴ Atualmente, existem cerca de 230 UPs, segundo a Federação Espanhola das Universidades Populares, e a maioria foi criada pelos próprios cidadãos, independentemente de idade, origem social, identidade política, convicção religiosa ou nível de educação formal.

As ideias relativas à modernização tanto da Universidade quanto da sociedade, da ciência, política, bem como relativas às Universidades Populares do velho continente, atravessaram o oceano e chegaram à América. Esse intercâmbio ocorreu inicialmente a partir da chegada da imigração de europeus ao novo continente, sobretudo a partir da primeira guerra mundial. Outra possibilidade, segundo Bao (1999), ocorreu devido a participação de estudantes latino-americanos em encontros internacionais na Europa, como em Milão, na primeira década do século XX.⁵

Menoni (2017), aponta que a influência chegou, mais especificamente das Universidades Populares e extensão universitária, a partir de Don Rafael Altamira,⁶ por meio de sua influência intelectual como promotor do modelo extensionista. O mesmo autor destaca ainda que em 1905 a Universidade de La Plata já realizava atividades de extensão, sob a orientação do então presidente da instituição, Joaquim V. González. Além de fomentar a extensão, ele defendia a criação de uma nova faculdade, popular, visando difundir as relações entre ensino e a sociedade, assim como ocorrido em Oxford, Cambridge, Harvard entre outras.⁷

Em 1910 o México incluía a extensão universitária na lei de criação da Universidade Nacional, esse fato teve um caráter transformador da sociedade, no âmbito popularizador e democratizante. Nesse sentido o extensionismo reformista, pertencente à genealogia do extensionismo difusionista, culturalista e operário da extensão universitária inglesa e de outras universidades populares europeias, foi característica fundamental como princípio gerador das universidades latino-americanas (Menoni, 2017).

⁵ Mais tarde, esses Congressos Internacionais também foram organizados em cidades latino-americanas como: Montevideu (1908), Buenos Aires (1910) e Lima (1912).

⁶ Altamira era professor da Universidade de Oviedo e trabalhava com extensão desde 1898. No ano de 1909 fez uma turnê pelas capitais latino-americanas que, em grande medida, adotaram características do modelo extensionista oviedista. Segundo Ossenbach e Scagliola (2021), na Argentina o professor Altamira realizou palestras em diversos espaços, como sindicatos, sociedades docentes e de estudantes, sobre sua experiência com o modelo de extensão universitária, suscitando enorme interesse do público. Tanto que logo em seguida, foi fundada uma Universidade Popular de breve existência, pela Associação Patriótica Estudantil da Prata, seguindo o modelo oviedista.

⁷ Berheim (1978) também destaca que as ações de extensão realizadas pelos estudantes da América, surgiram por meio de programas que aconteciam nas fabricas, oficinas e sedes sindicais, com o caráter de beneficiar a sociedade que financiava o ensino superior público. Nesse mesmo viés, as Universidades Populares, inspiradas nas universidades criadas em países europeus (Bélgica e França), foram o ponto alto da extensão e contavam com forte interação entre estudantes e trabalhadores.

Por outro lado, é importante destacar que, apesar da possível influência europeia, as experiências latino-americanas possuíam elementos específicos que as tornavam singulares. Diante do cenário político e social que se desenhava, em que as discussões sobre a luta de classes e a organização sindical se iniciavam, o movimento foi composto por diversas frentes, incluindo intelectuais, setores das elites ilustradas oriundos da classe média e estudantes. Esses grupos empreenderam esforços para lutar contra a opressão imperialista, sobretudo a influência dos Estados Unidos.

Exemplo disso foi a Revolução Mexicana (1910-1920), que se tornou um marco significativo nas lutas sociais. O movimento teve origem principalmente nas classes médias emergentes, impulsionado pela ideia de um renascimento cultural no continente e pela necessidade de estabelecer uma consciência nacionalista. A partir de 1920, sob a presidência de Álvaro Obregón, iniciou-se um amplo processo de reforma educacional e cultural, incluindo a abertura de escolas rurais, bibliotecas públicas, publicação de panfletos e livros, além do incentivo à formação de professores, entre outras ações (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2025). Segundo Abba e Streck (2021):

Foi a primeira vez na história da América Latina que a revolução e o governo surgido dela se colocaram do lado das classes oprimidas ao reconhecer a existência da luta de classes. Por outro lado, nestes primeiros anos do século XX, inicia a organização de estudantes de vários países latino-americanos, dando começo a um incipiente movimento latino-americano que se expandiria após a Reforma de 1918. Algumas manifestações da origem deste movimento foram a realização de diversos congressos como o I Congresso Centro-Americano de Estudantes Universitários, celebrado em 1901 na Guatemala; e os Congressos Internacionais de Estudantes (Abba; Streck, 2011, p.11).

A participação social do movimento estudantil universitário latino-americano, por meio da extensão universitária foi expressiva. As atividades em sua grande maioria eram realizadas pelos estudantes e tinham como objetivo proporcionar acesso ao conhecimento científico aos trabalhadores. Essa aproximação visava também elevar a consciência social e nacional, possibilitando a qualificação da organização na luta por mudanças sociais. Em função do envolvimento social e da cooperação operária-estudantil,

destaca-se a relevância do movimento na origem das Universidades Populares.

Diante dos fatos, observa-se que a mobilização por socializar o acesso aos bens culturais entre as classes populares aparece muito antes da Reforma de Córdoba. A terminologia “Universidade Popular” foi utilizada pela primeira vez como sinônimo de extensão universitária no congresso de Buenos Aires (1910), após isso, surgiram as primeiras Universidades Populares na América, sendo uma em San José de Costa Rica e outra no México, ambas em 1912⁸. Outras ações similares se constituíram como escolas operárias, universidades e ateneus (Portantiero, 1978; Ossenbach; Scagliola, 2021).

O movimento que iniciou como extensão universitária refletia não apenas as particularidades do movimento de reforma universitária e dos movimentos estudantis, mas foi resultado do desdobramento de diversas práticas político-culturais e seu significado mais amplo na cultura e na política da América Latina, como fica evidente nos movimentos que seguiram nos anos seguintes, na Argentina, Peru e Cuba. Segundo Bao (1999), a exemplo da Universidade Popular Mexicana, essas instituições se constituíram como meio de expressão e busca de afirmação nacional, moderna e popular para os jovens universitários de toda a América Latina.

A Reforma de Córdoba

Na região do Cone Sul, a Argentina também foi influenciada pelas Revoluções Populares do México e da Rússia, em um contexto, onde os estudantes já se organizavam, como evidenciado pelo Congresso Internacional de Buenos Aires. Segundo Portantiero (1978), além da reforma universitária, outros movimentos reformistas emergiram na região como parte de uma mobilização social mais ampla. As lutas, especialmente em Córdoba, questionavam a distribuição desigual da terra, os altos impostos e a interferência de países imperialistas, que impediam o desenvolvimento

⁸ Fundadas por grupos intelectuais e trabalhadores, na Costa Rica, inicialmente surgiu como Centro de Estudos Sociais Germinal, sendo mais tarde transformado em Universidade Popular da Costa Rica. Contava com forte influência anarquista e tinha como objetivo principal instruir os trabalhadores. Outra experiência anterior à Reforma de Córdoba foi a criação do Ateneu da Juventude, também transformado em 1912 em Universidade Popular Mexicana, tinha como objetivo ministrar palestras e cursos aos trabalhadores (Ossenbach; Scagliola, 2021).

interno do país. Essas reivindicações sintetizavam as ideias predominantes entre a pequena burguesia intelectual latino-americana, os sindicatos e o movimento operário no início dos anos 1920.

Identificam-se três fases características, que também representam avanços na consciência do movimento estudantil em defesa das Universidades Populares na Argentina. A primeira se inicia em 1917, por meio de abaixo assinado enviado ao Governo, os estudantes manifestaram descontentamento face a falta de democratização do sistema de cátedras, requisitando maior liberdade. As demandas não são atendidas, o que gera mobilização dos estudantes e a deflagração de uma greve geral em 1918, com participação massiva. O objetivo da greve seria a intervenção do governo, até a organização das eleições, sendo atendido pelo Presidente Hipólito Yrigoyen (Aguar; Rojas, 2019).

A segunda parte do movimento é marcada pela eleição do novo Reitor com contundente influência externa dos estudantes⁹. Ocorre a eleição e o candidato apoiado pelos estudantes é derrotado, quem se elege é o candidato das oligarquias docentes. Inicia-se a partir desse momento a terceira fase, período de instabilidade entre estudantes e professores, com reorganização da gestão de forma tripartite e paritária (Fraga, 2017).

No documento denominado “ordem do dia”, sancionado na mesma data que o manifesto, dirigia-se a todos os estudantes do país e da América. Por meio dele, os estudantes do movimento estudantil de Córdoba¹⁰ ou pertencentes a Federação Universitária de Córdoba, detalham os objetivos concretos que motivaram o início das lutas, e convidam os estudantes dos demais países a fazerem o mesmo:

⁹ As reivindicações apresentadas em tom de denúncia, no “manifesto dirigido aos homens livres da América”, incluía a modernização dos sistemas de ensino, com novos valores científicos e mudança da mentalidade, considerada como símbolo da dominação monárquica e monástica. No documento os estudantes criticaram também o método de escolha dos professores, e a autoridade dos mesmos frente aos estudantes, destacando a importância da afetividade no processo educacional.

¹⁰ Em resposta aos documentos elaborados pelo movimento de Córdoba, os homens livres, a Federação de Associações Culturais e as gerações estudantis de Buenos Aires se reúnem em comício para apoiar as ações propostas. Na carta produzida eles reforçam a necessidade de união e solidariedade entre todos os envolvidos no movimento, para que os esforços não sejam em vão. Destacam também a necessidade em elevar o nível da cultura pública do país e apoiam a educação popular como meio mais eficaz para elevar a moral do povo e alcançar a reforma integral. Ainda sobre a aproximação da Universidade com a população, os estudantes da Faculdade de Direito de Buenos Aires, relatam que a extensão universitária é uma forma de superar o sistema de ensino excludente, que não investe em bens coletivos, uma vez que não se aproxima do povo (Portantiero, 1978).

(...) se hace necesario e impostergable dar a la cultura pública una alta finalidad, renovando radicalmente los métodos y sistemas de enseñanza implantados en las repúblicas, por cuanto ellos no se avienen ni con las tendencias de la época ni con las nuevas modalidades del progreso social; que la organización actual de los establecimientos educacionales, principalmente la de los colegios y universidades, los planes de estudio que en ellos rigen y el dogmatismo y el escolasticismo que son su corolario lógico, corresponden a épocas arcaicas, en las cuales las duras disciplinas, el principio de autoridad y el culto extremo de cierta tradición, eran las normas directrices de la enseñanza; que es un deber de la juventud estudiosa del país y de todos los hombres libres que secundan y auspician el actual movimiento, estrechar los vínculos de solidaridad, para que no se malogre este esfuerzo inicial y se asiente sobre fuertes cimientos la obra emprendida (Portantiero, 1978, P. 136).

Considerando a especificidade que existiu entre Reforma de Córdoba e Universidade Popular, Aguiar e Rojas (2019) apontam que a Reforma inaugurou uma nova forma de pensar tanto a educação quanto a sociedade, com vistas à transformação social. Possibilitou que a universidade pública pudesse desempenhar efetivamente sua missão social, pela inovação na troca de saberes, uma vez que não se restringiu apenas aos muros da universidade.

No cenário em que às Universidade Populares estavam inseridas, observa-se que antes da Reforma de Córdoba existia uma semente germinando em terreno latino-americano, com experiências iniciais no México, na Costa Rica e brevemente em Porto Rico. Ao mesmo tempo, nos Congressos Internacionais de Estudantes Americanos, realizados em Montevideo, Buenos Aires e Lima, o debate acerca da necessidade em aproximar a Universidade das classes populares estava avançando no início do século XX. A partir desta Reforma os estudantes mostraram sua força e seu poder de organização e diálogo com a sociedade, sobretudo, com os setores populares as massas, nessa relação intrínseca por meio da extensão universitária.¹¹

¹¹ Mesmo havendo, dentro do movimento, disputas e divergências ideológicas por parte dos intelectuais, entre positivistas, republicanos, liberais e socialistas, o professor e intelectual José Ingenieros se destacou como uma figura importante na defesa da difusão de conhecimento para todo o povo (Menon, 2021). Essa diversidade de opiniões entre os intelectuais pode explicar o motivo de, mesmo depois da primeira manifestação dos estudantes, o reitor oligarca foi escolhido como reitor. Após esse episódio, os estudantes puderam perceber que a força necessária para apoiar a luta por mudanças no sistema universitário não viria de dentro dos muros, mas sim, da classe trabalhadora que estava de fora e que também ansiava por mudanças na educação, em especial a educação popular.

Explorando o viés teórico apresentado por Marx (1983, p.9) que apresenta “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”, percebemos a atuação da superestrutura quando ocorre a prisão dos estudantes durante a ação de ocupação da universidade, assumindo o governo da mesma. É possível notar a atuação da superestrutura agindo para manter a estrutura econômica e social contra as ações rebeldes, quando pouco tempo depois, há intervenção nas universidades e revogação dos estatutos reformistas.

Apesar de muitas universidades terem sido extintas por volta de 1924, por repressão dos governos autoritários, ou por enfraquecimento interno, resultante de divergências ideológicas, algumas experiências de UPs resistiram e até iniciaram depois desse período. Segundo Ossenbach e Scagliola (2021) um exemplo disso seria a Universidade Popular de la ciudad de Resistencia, na província do Chaco na Argentina, fundada em 1929, com caráter formador e escolarizador. Outras universidades continuaram existindo ou passaram por uma reestruturação.¹²

Os estudantes de Córdoba se consolidaram como um movimento reformista que buscava democratizar e modernizar o ensino superior, influenciando profundamente as estruturas acadêmicas e políticas do continente. Este movimento evidenciou a capacidade dos estudantes de se organizarem e de lutarem por mudanças significativas, sendo um importante legado a busca por aproximar a Universidade com as classes populares, deixando um legado duradouro na história da educação latino-americana e na organização das Universidades Populares.

Reflexos da Reforma de Córdoba nas Universidades da América Latina

A Reforma Universitária de Córdoba foi um importante movimento de luta e mobilização dos estudantes universitários, que inicialmente

¹² As experiências de mobilização dos estudantes, que iniciaram antes e também depois de Córdoba, não demoraram a chegar a outros países, expressando em pouco tempo o 'destino americano' que os estudantes haviam intuído para a reforma universitária. Inicialmente uma onda sacudiu Peru, Chile e mais tarde Cuba, Colômbia, Guatemala e Uruguai. Nos anos 1930, uma segunda onda chega ao Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela e México (Portantiero, 1978).

reivindicavam mudanças institucionais. Ao atingir um nível de organização cada vez maior, o movimento ganhou força e também apoio da classe trabalhadora, que estreitaram laços com os estudantes por meio da extensão universitária. Apesar de ter sido breve, acabou influenciando jovens de várias partes da América Latina. Menoni (2017) aponta que a revolta de Córdoba se efetiva como um marco na formação revolucionária, como salto qualitativo ideológico e político para o movimento estudantil latino-americano.

Antes mesmo da reforma de Córdoba, o tema relativo à extensão universitária já era debatido pelos estudantes, com intuito de desempenhar um papel de mediação político-cultural nas Universidades. No Chile, isso foi confirmado pelo teor da intervenção de um congressista ao recuperar a experiência do professor chileno Valentín Letelier e projetá-la como o melhor caminho a ser seguido pelos proto-reformistas: "Vincular o trabalho das universidades com o povo, com o trabalho nacional, levando às fileiras do povo a noção de que este é respeitável e proveitoso(...)" (Biagini, 1997, p. 84, *apud* Bao, 1999, p.43).

Posteriormente à Reforma, os estudantes chilenos se motivaram ainda mais gerando grande mobilização nacional em prol da reforma universitária, com demandas semelhantes sobre autonomia, e superação dos limites da universidade no que diz respeito à promoção de seu alcance na sociedade, em específico trabalhadores e operários. Em 1918 a Federação de Estudantes Chilenos (FECH) decide criar a Universidade Popular Lastarria,¹³ visando a instrução da classe trabalhadora (Abba; Streck, 2021).

O Movimento estudantil de Córdoba também colaborou para reavivar o sentimento de descontentamento e inconformismo nos estudantes no Uruguai. Sob a influência de Carlos Quijano, um dos líderes do movimento no país, são realizadas assembleias com participação de estudantes e professores sobre a reforma.¹⁴

¹³ Valle (2007) relata que Lastarria se configurou como uma alternativa ao sistema, porém, a iniciativa mais formal destinada as classes populares foi o Liceu Noturno Frederico Hanssen, que pode sua vez, não se limitava a fornecer uma superficialidade cultural como a Universidade Popular. De qualquer forma, Lastarria sobreviveu apenas até meados de 1930.

¹⁴ No entanto, o período de maior enfrentamento foi quando os estudantes realizaram greve contra o sistema de exame, além de apoiar a greve para a reforma nacional do ensino médio (ABBA; STRECK, 2021). Outro fato relevante foi o posicionamento das Universidades Populares Uruguaias contra a ditadura de Gabriel Terra, mesmo que de forma mais branda que no Peru ou Cuba.

Em países como Peru, Cuba e Uruguai, a Reforma de Córdoba teve uma influência política significativa, desempenhando um papel crucial nas lutas sociais contra as ditaduras. Em alguns casos, as mobilizações resultaram em conflitos com a própria estrutura universitária, tornando inviável a permanência dos estudantes nessas instituições, mobilizando-os a fundarem Universidades Populares que acolhessem suas lutas e demandas. Um exemplo disso foi o Peru, que deu origem à Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), liderada por Víctor Raúl Haya de la Torre, e também o caso de Cuba, onde um de seus principais líderes estudantis, Julio Antonio Mella, um dos fundadores do partido comunista cubano, (Ossenbach; Scagliola, 2021).

De maneira particular, na América Latina o protagonismo dos estudantes foi decisivo no cenário político, assim como no movimento de Córdoba, fazendo com eles fossem disseminadores das ideias socialistas. Para explicar essa característica distinta do movimento político na América Latina, comparado a outros países Europeus, Portantiero (1978) aponta que:

En un cuadro dominado por la presencia de oligarquías cerriles y la ausencia de grandes organizaciones populares, varias décadas de la política y la cultura latinoamericanas no podrían ser explicadas sin esa enorme “reforma intelectual y moral” que el movimiento universitario del 18 descargó sobre el continente. Es desde su plataforma ideal, por ejemplo, que se gesta la fundacional (y recurrente) discusión que tuvo como protagonistas principales a Manategui y Haya de la Torre y que marcó las dificultades —sólo zanjadas inicialmente por la revolución cubana— para el encuentro entre las izquierdas marxistas y el pensamiento nacionalista democrático en América Latina (Portantiero, 1978, p. 28).

Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui, assim como Júlio Antonio Mella em Cuba, foram importantes intelectuais na fundação e consolidação das Universidades Populares em seus respectivos países. Entretanto, devido ao contexto político de violentas ditaduras, tanto no Peru, com Augusto Leguía, quanto em Cuba, com Gerardo Machado, todas as ações dos movimentos estudantis foram imbuídas em contexto de resistência e de enfrentamento a favor da reforma universitária.

Sobre a intrínseca relação socialismo e movimento universitário na América Latina, vale destacar que em 1924 Haya de La Torre propõe a criação

de uma Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) que surgiu por meio da aproximação entre trabalhadores e estudantes, representando a vanguarda do pensamento político de esquerda e da postura anti-imperialista no Peru (Berheim, 1978). A organização sindical latino-americana, ainda recente e inexperiente em suas lutas, encontra nos estudantes intelectuais o combustível necessário para impulsionar as reformas, principalmente no âmbito educacional popular. Portantiero (1978) argumenta que:

Dentro de una sociedad dependiente, con un proletariado escaso y sin tradición organizativa autónoma y con una burguesía industrial virtualmente inexistente, no es extraño que dado un proceso de movilización de las clases medias el papel de vanguardia para una agitación política y social caiga en poder del estudiantado universitario.

Cuando el régimen de Leguía, que intentó en un principio representar un cierto ascenso liberal apoyando incluso las reformas solicitadas por los estudiantes, giró a la derecha, sobre el fondo de conmoción creado por las luchas universitarias y ampliado por las alianzas incipientes entabladas entre reformistas y obreros en las universidades populares, surgió la posibilidad de encuadrar a la lucha de masas dentro de un movimiento organizado (p. 90).

Apesar das divergências entre Haya e Mariátegui, a Universidade Popular Gonzalez Prada (UPGP) tinha em sua essência além da fundação, a gestão democrática estudantil e o princípio da justiça social como norteador¹⁵. Segundo Aguiar e Rojas (2019) o projeto das universidades populares Gonzalez Prada apresenta como novidade a forma em articular a relação estrutural entre o movimento universitário e o movimento operário. Por meio da extensão universitária, dirigia-se ao povo para levar-lhes acesso à ciência e ajudá-los a formar uma consciência própria de sua situação social e da problemática nacional, conhecendo também o que se passa no mundo. Além da UPGP, criam-se quatro universidades populares no país, a saber: a Universidad San Marcos, em Lima, Universidad San Augustin, em Arequipa, Universidad La Libertad, em Trujillo e Universidad San Antonio Abad, em Cusco.

¹⁵ Em relação à abertura universitária, ambos lutavam pela renovação das estruturas acadêmicas, visando maior abertura nas escolhas de professores e suas disciplinas. Mariátegui em seu período de exílio na Europa, acompanhou, principalmente na Itália, um período importante na luta revolucionária mundial. A partir disso, tornou-se grande admirador e leitor de Gramsci (Aguiar; Rojas, 2019).

A respeito das ideias educacionais, no âmbito das Universidades Populares, Mariátegui (1923) fazia uma ampla defesa, alegando que as mesmas não eram apenas escolas noturnas para operários, mas sim, escolas de cultura revolucionária, de classe e de renovação. Elas se alimentam do “calor” e da “seiva populares” e não estão destinadas apenas a assimilar de forma básica a cultura burguesa, tendo como propósito a criação e desenvolvimento de uma cultura proletária. Como influência europeia, o autor relata que:

En la Escuela Marxista de París, se divulga y se comenta el contenido ideológico y el sentido histórico de la obra de Marx, de Lasalle, de Guesde, de Jaures. En las escuelas del Independent Labour Party, Bertrand Russel, el gran catedrático de la Universidad de Cambridge y otros intelectuales de vanguardia, estudian y debaten los grandes problemas económicos y políticos de Inglaterra y el mundo. En la Universidad Popular de Milán, he escuchado las palabras de Enrique Ferri y del literato Mario Marini, leader del grupo Claridad de la “capital moral” de Italia. En Varsovia, varias personalidades del socialismo y del mundo científico y literario acaban de inaugurar una universidad obrera que, conforme a su vasto programa, se propone: organizar series metódicas de conferencias, cursos profesionales y de enseñanza general, salas de lectura, bibliotecas, museos, laboratorios y exposiciones, reuniones y excursiones científicas y artísticas; publicar ediciones populares científicas y artísticas, manuales de estudio, etc (...) (Mariátegui, 1923, p. 3).

Mariátegui e a experiência da UPGP influenciaram diretamente em Cuba, tendo Mella como seu verdadeiro defensor e aprendiz. Além das influências peruanas, em Cuba também tiveram impacto a Reforma de Córdoba, ideias do Chile e Uruguai. Em 1923 é fundada a Universidade Popular José Martí (UPJM), dirigida por Mella, baseava-se em premissas de pensamento antidogmático e científico, além da luta pela justiça social, assim como em outros países. A UPJM tinha como objetivo claro a formação de uma mentalidade culta, nova e revolucionária, tanto da classe trabalhadora de Cuba quanto em todos que frequentassem as aulas. As atividades integravam diferentes níveis, desde alfabetização, cursos de primeira educação e segunda etapa de ensino (Núñez, 2021).

Nota-se que a Universidade Popular em Cuba¹⁶ passa a assumir uma função bem mais ampla e claramente definida de compromisso com a

¹⁶ Os Estatutos da Universidade José Martí apresentam o “espírito” de Julio Mella, no seu artigo primeiro: A classe proletária cubana, funda, professa e dirige a Universidade Popular José Martí, reconhecendo ao operário os direitos que o Professorado da Universidade de La

transformação social. Essa característica também foi apontada por Kohan (2000, *apud* Aguiar e Rojas, 2019). Assim como outras experiências de UP, que se destacaram como lugares de resistência política contra governos antidemocráticos na América Latina, a UPJM sofreu sanções do governo e de tendências sociais conservadoras e contrarreformistas, até que em 1927 suas atividades são encerradas. Entretanto, durante seus quatro anos de existência, a Universidade José Martí deixou sua contribuição na luta pela transgressão ideológica da ordem educacional burguesa. Mella foi o responsável por unir os princípios marxista-leninistas de forma original com o nacionalismo martiano que contemplava, o independentismo e o anti-imperialismo do ideólogo da independência (Núñez, 2021).

Enquanto na Argentina, nas primeiras décadas do século XX, importantes transformações políticas estavam ocorrendo, o Brasil ainda vivia sob o conservadorismo social e político da República Velha (1889-1930), o que contribuiu para desenvolvimento tardio do ensino superior no país. Ainda assim, em 1920, registrou-se uma mobilização inicial de estudantes da então Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), que, inspirados pelo movimento latino-americano, organizaram um manifesto propondo uma atuação social mais efetiva da universidade bem como a ampliação da democracia institucional. No entanto, apesar da resistência popular, as pautas progressistas sustentadas pelas organizações estudantis perderam força diante da repressão política e da centralização econômica que caracterizaram o Estado Novo (1937–1945).

Durante o processo de reabertura política, especialmente no final do governo Kubitschek (1960-1961) e início do governo Jânio Quadros (1961-1963), o Brasil vivenciou disputas hegemônicas. As elites rurais e urbanas, a burguesia agrário-exportadora e a burguesia industrial conviviam com o crescimento de uma classe média formada por profissionais liberais, comerciantes, servidores públicos e intelectuais, além do fortalecimento de uma ampla classe trabalhadora assalariada, que passava a reivindicar maior participação e acesso aos bens culturais e aos serviços públicos (Cunha, 1980).

Habana nega ou discute aos estudantes. Mella além de diretor da Universidade também participou da fundação do Partido Comunista de Cuba, onde sua ação ia para além da extensão universitária.

Nesse contexto de disputas sociais e ideológicas, a educação passou a ser vista como processo de formação cultural, inclusão social, profissionalização e modernização cultural-científica. Essas pautas engrossavam a agenda do movimento em defesa da escola pública, laica, gratuita e democrática. Desataca-se a participação estudantil a partir de 1959, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), contribuíram efetivamente com o movimento de Reforma Universitária, a campanha pela escola pública e a mobilização contra a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁷ (Brasil, 1961).

Com a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o país vivenciou um período de intensa repressão, marcado pela censura e perseguições políticas àqueles que se colocavam contra o regime. No campo educacional, os “anos de chumbo” representaram um retrocesso nos debates e nas iniciativas voltadas à democratização do ensino superior.

Ao final da década de 1970, face ao desgaste do regime militar, o cenário brasileiro teve mudanças significativas impulsionadas pelo processo de transição democrática. Os movimentos sociais passaram a ganhar notoriedade e exercer papel de destaque na transformação da sociedade brasileira. Nesse contexto, emergem iniciativas e reflexões em torno do projeto de uma universidade popular (Cunha; Góes, 2002), que buscava contemplar as lutas por democratização no interior das universidades, resgatando, assim, os ideais reformistas que deixaram marcas profundas nos países vizinhos da América Latina.

Os reflexos das experiências das Universidades Populares e do movimento estudantil latino-americano, embora presentes nos discursos do movimento estudantil brasileiro e de intelectuais como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, foram moldados pelas conjunturas sociais e políticas do país. Essas referências voltaram a ser incorporadas de forma mais visível a partir de 1982, quando o jornalista Oscar Andrades publicou uma matéria sobre a UPGP no jornal *Correio do Povo*. A reportagem teve grande repercussão entre alguns dirigentes locais, que na época cogitavam a

¹⁷ Essa Lei estava em discussão desde 1948, mas houve conflitos entre a iniciativa privada e os defensores da Universidade pública, que promoviam o início da Campanha em Defesa da Escola Pública. A partir de 1960, as entidades estudantis, como a UNE e a UPE, começaram a convocar seminários para realizar debates que, posteriormente, pudessem ser incorporados à sua atuação no país por meio de sugestões de seus participantes.

implantação de um projeto semelhante no Rio Grande do Sul. Segundo o jornalista, que entrevistou o reitor da universidade, professor Norman Arellano, a iniciativa foi classificada como revolucionária (Arquivo Nacional, 1982).

Arellano explicou que a universidade foi fundada como resposta ao sectarismo das instituições tradicionais, que excluía as classes populares e os trabalhadores. A instituição opera com professores e alunos, promovendo debates sobre temas de relevância cultural, científica, social, tecnológica, política e religiosa. Seu objetivo é proporcionar formação cultural, ainda que não formal, estimulando a participação ativa dos estudantes nas transformações sociais. A instituição caracteriza-se como um espaço de discussão política enquanto ciência, mesmo que possuindo forte ligação com o Partido Aprista (Arquivo Nacional, 1982).

Apesar da forte resistência, especialmente durante períodos ditatoriais, as Universidades Populares refletiram as particularidades do movimento de reforma universitária e dos movimentos estudantis, ao mesmo tempo em que impulsionaram diversas práticas político-culturais, ampliando seu impacto na cultura e na política da América Latina. Essas universidades representaram tentativas genuínas de garantir à classe trabalhadora o acesso aos conteúdos culturais, condição essencial para sua participação política. Como destacado posteriormente por Saviani (2008), o domínio da cultura é um instrumento fundamental para a atuação política das massas. Sem esse conhecimento, tornam-se vulneráveis diante dos dominadores, que se apropriam desses conteúdos para legitimar e consolidar seu poder.

Considerações finais

Analisando o impacto acerca das ideias sobre reforma universitária, modernização do ensino, democracia, antidogmatismo e anti-imperialismo na América, que posteriormente culminaram na extensão universitária e nas Universidades Populares, podemos perceber que muitos elementos fizeram essas instituições se constituírem como experiências únicas.

A história das Universidades Populares retratadas foram exemplos de resistência e enfrentamento a governos antidemocráticos na América Latina.

Essas instituições se tornaram símbolos de ideários políticos estudantis que acreditavam na transformação social e seguem inspirando as futuras gerações a continuar a luta por uma educação mais justa e inclusiva, e a desafiar as estruturas opressoras presentes ainda hoje nas Universidades que buscam silenciar vozes dissidentes.

Cabe ressaltar que tanto o movimento de Córdoba quanto o surgimento das Universidades Populares na América Latina compartilham sua herança genética com as ideias reformistas e liberais presentes nas Universidades Populares Europeias que surgiram no início do século XIX. Essa hipótese pode ser confirmada por inúmeros eventos como a participação dos estudantes latino-americanos em congressos internacionais, pela imigração de refugiados europeus e também pela visita de um professor da Universidade Popular de Oviedo.

Mesmo tendo essa raiz comum com as UPs estrangeiras, o movimento estudantil latino-americano se destaca pelo protagonismo da juventude universitária, atuando como grande impulsionador da reforma universitária e fundação das UP, além de sua forte ligação com a classe trabalhadora gerando um poder de mobilização social enorme. Os ecos das mobilizações puderam ser sentidos fora dos muros da universidade, atuando também na defesa da democracia em períodos ditatoriais e na organização de partidos políticos de esquerda em países como no Peru, Cuba, Uruguai e Chile.

Tanto os movimentos anteriores à Reforma de Córdoba, como os ocorridos no México, Porto Rico e Costa Rica, além dos Congressos Internacionais, bem como as experiências posteriores à Reforma, demonstram que suas raízes revolucionárias, especialmente educacionais, estão profundamente entrelaçadas. As universidades da América Latina, como observado por Abba e Streck (2021), foram fortemente influenciadas umas pelas outras pela Reforma de Córdoba, que marcou uma ruptura com os paradigmas universitários do passado e a necessidade de mudanças nas práticas e na filosofia educacional, resultando em um antes e depois na vida acadêmica desses países.

As ideias reformistas, que se manifestaram nas experiências das Universidades Populares com forte atuação entre as camadas populares, podem ser fundamentadas pela abordagem de Gramsci. Quando uma

Universidade Popular busca integrar teoria e prática, visa eliminar a divisão entre intelectuais e o público comum, ambos organicamente ligados à mesma origem. Isso permite que os intelectuais compreendam de maneira eficaz os princípios e desafios enfrentados pelas massas em suas atividades práticas. Essa indissociabilidade entre teoria e prática, intelectuais e massa produziria um “bloco cultura e social”, ou seja, os intelectuais nunca deveriam perder o contato com o “simples” e mais ainda, eles deveriam ser a “fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos” (Gramsci, 2010, p.77).

Nesse sentido, destacamos a atuação de importantes intelectuais que estiveram à frente das Universidades Populares Latino-americanas, comprometidos com a educação da classe trabalhadora numa perspectiva revolucionária, como José Carlos Mariátegui e Julio Antonio Mella. A emergência dessas Universidades Populares revela que foram lideradas por intelectuais que não apenas surgiram das próprias massas, mas também mantiveram uma conexão profunda e orgânica com elas. Esse compromisso mútuo não apenas fortaleceu os movimentos educacionais populares, mas também demonstrou a importância de uma educação emancipatória e transformadora como um pilar fundamental na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante ressaltar a relevância atual do debate sobre a aproximação entre a Universidade e a população, como ocorreu nesses momentos históricos. Os ideais defendidos pelos estudantes durante a Reforma, assim como as ações praticadas nas Universidades Populares Latino-Americanas, demonstram a possibilidade de resistência e estratégias como horizonte para superar a ordem do capital nos tempos em que vivemos, buscando afastar o espírito antidemocrático, por meio da mobilização de pesquisadores e alunos comprometidos com a defesa e o fortalecimento da universidade pública.

Por fim, urge resgatar a universidade popular resultado de lutas históricas das forças progressistas na defesa da universidade pública contemporânea, como o Movimento de Córdoba, que inspirou e continua inspirando o movimento estudantil latino-americano na vanguarda em favor da valorização da vida, na divulgação e popularização da cultura e da ciência emancipadoras.

Referências

ABBA, M. J.; STRECK, D. R. A Reforma de Córdoba de 1918 e a Internacionalização Universitária na América Latina. **Revista História da Educação (Online)**, v. 25, e102256, p. 1-32, 2021. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/102256>. Acesso em 05 set. 2023.

AGUIAR, J. D. N.; ROJAS, G. Á. Reforma Universitária de Córdoba: Impactos na América Latina e Lições para o Tempo Presente. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, São Paulo, v. 5, e019029, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653663>. Acesso em 05 set. 2023.

BAO, R. M. Las Universidades Populares em América Latina 1910-1925. **Estudios digital**, n. 11-12, p. 41-57, 1999. Disponível em <https://doi.org/10.31050/re.v0i11-12.13658>. Acesso em 05 set. 2023.

BERHEIM, C. T. El Nuevo Concepto de Extension Universitaria y Difusion Cultural y su Relacion com las Politicas de Desarrollo Cultural en America Latin. **Anuário de Estudos Centroamericanos**, n. 4, p. 93-126, 1978. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/25661648>. Acesso em 19 set. 2023.

BRASIL. **Arquivo Nacional**. Serviço Nacional de Informações. Informe N. 418/19/APA/82. Dossiê Universidade Popular do Peru. APA/SNI. A-1. 5649/82.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-365276-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 25 jun. 2025.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Edições UFC, 1980.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FRAGA, L. S. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, 9. 403-419, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200008>. Acesso em 04 set. 2023.

GRAMSCI, A.; MONASTA, A. **Antonio Gramsci, 1891-1937**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, v. 1, 2, 3, 4. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Dossiê nº 85**. Fevereiro de 2025. Disponível em https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2025/02/20250210_D85_PT_Web.pdf. Acesso em 05 mar. 2025.

LAWRIE, A. **The Beginnings of University English: Extramural Study, 1885–1910.** [S. l.]: Exchanging Books, 2014.

LEHMANN, O. **Entre o público e o privado: o comunitário no ensino superior da rede Sinodal de Educação.** 2007. 147 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2007.

MARIÁTEGUI, J. C. Voces del Tiempo. Las Universidades Populares. **Bohemia Azul - Revista Quincenal literária, principista e informativa.** Ano 1, n. 3, p. 17-18, 1923. Disponível em <https://museos.cultura.pe/sites/default/files/publicaciones/pdf/3-MAY-JUN-2013.pdf>. Acesso em 02 out. 2023.

MARX, K.; FERNANDES, F. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins fontes, 1983.

MENONI, A. C. La extensión universitaria y la Universidad Latinoamericana: hacia un nuevo “orden de anticipación” a 100 años de la revuelta estudiantil de Córdoba. **Revista de Extensión Universitaria+ E**, n. 7, p. 6-23, 2017. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5641/564172836002.pdf>. Acesso em 23 nov. 2023.

NÚÑEZ, Y. C. La Universidad Popular José Martí em la órbita del ensamio político de Julio Antonio Mella. Cuba, 1923-1927. **História Caribe**, v. 16, n. 38, p. 107-136, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.15648/hc.38.2021.2813>. Acesso em 25 set. 2023.

OSSENBACH, G.; SCAGLIOLA, G. Universidades Populares y experiencias de extensión educativa en América Latina en la primera mitad del siglo XX. **Historia Caribe**, v. 16, n. 38, p. 15-34, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.15648/hc.38.2021.2808>. Acesso em 21 set. 2023.

PINTASSILGO, J. Universidades populares. In: ROLLO, M. F. (Org.) **Dicionário de História da I República e do Republicanismo**, v. 3. Lisboa: Assembleia da República, 2014.

ROWBOTHAM, S. Travellers in a strange country: responses of working class students to the University Extension Movement-1873-1910. **History Workshop Journal**, n. 12, p. 62-95, 1981. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4288378?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em 31 jul. 2023.

PORTANTIERO, J. C. P. **Estudiantes y Política en América Latina.** El proceso de la reform a universitária (1918-1938). Buenos Aires: Siglo XXI, 1978.

PUIGGRÓS, A. **La Educación Popular en América Latina: Orígenes, polémicas y perspectivas.** 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue, 2016.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>. Acesso em 08 jul. 2023.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 27. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico:** crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 184 p.

STIFTER, C. Making Popular Education known to the Public : Dissemination of Volkshochschulen in Austria 1870-1930. In: MARRIOTT, S.; HAKE, B. (Orgs). **Cultural and Intercultural Experiences in European Adult Education. Essays on Popular and Higher Education since 1890**. United Kingdom: University of Leeds, 1994.

UNIVERSIDADE NACIONAL DE CORDOBA. **Manifiesto Liminar**. 1918. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em 05 set. 2023.

VALLE, F. M. **Muchachos casi silvestres:** la Federación de Estudiantes y el movimiento estudiantil chileno, 1906-1936. Ediciones de la Universidad de Chile, 2007.